

Governo publica até sexta-feira medidas para equilibrar contas

Propostas incluem adiar reajuste do funcionalismo e elevar tributo sobre fundos

Martha Beck e Geralda Doca

-Brasília- Depois de muita insistência da equipe econômica, o Palácio do Planalto concordou em publicar, ainda esta semana, as principais medidas para equilibrar o Orçamento de 2018. Até sexta-feira, devem ser editadas três medidas provisórias (MPs): uma para aumentar a tributação dos fundos de investimento exclusivos, outra para adiar, por um ano, o reajuste do funcionalismo, e outra para elevar de 11% para 14% a contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais de R\$ 5 mil. Juntas, elas representam um alívio fiscal de R\$ 13,7 bilhões para o fechamento das contas do ano e se tornaram ainda mais essenciais depois que o governo decidiu adiar o cronograma de privatização da maioria dos aeroportos para 2019.

O governo já havia anunciado as MPs, mas o Planalto vinha adiando sua publicação enquanto negociava com o Congresso um caminho para barrar a segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer. Integrantes da área econômica, no entanto, começaram a alertar a ala política para o fato de que isso poderia colocar em risco o Orçamento de 2018, que

simplesmente não fica em pé sem as medidas. Pelo menos uma delas, a tributação de fundos exclusivos, precisa ser aprovada este ano para valer em 2018, pelo princípio da anualidade. Ela representa uma receita extra de R\$ 6 bilhões.

SÓ CONCESSÃO DA NORTE-SUL É FACTÍVEL PARA 2018

A situação ficou ainda mais grave depois que os técnicos constataram que não poderão mais contar com R\$ 10 bilhões decorrentes da concessão de 14 aeroportos para o ano que vem. Com o foco do governo na denúncia, todo o processo de licitação, que exige realização de estudos e aval do Tribunal de Contas da União (TCU), está atrasado. A previsão inicial dos leilões passou do terceiro trimestre de 2018 para março de 2019. A assinatura dos contratos ocorrerá em junho. Só depois disso é que as receitas reforçarão o caixa do Tesouro.

Serão leiloados na próxima rodada dois blocos de aeroportos (um do Nordeste e outro do Mato Grosso), além de Vitória, Macaé e Congonhas. Este último é o mais lucrativo, com previsão de uma receita de R\$ 6 bilhões no ato da assinatura do contrato. Neste caso, o governo tentará fazer o leilão em setembro de 2018, mas isso também pode atrasar. Congonhas é alvo de

uma disputa política num dos partidos da base, o PR, que comanda a Infraero e não aceita que o terminal seja privatizado.

Segundo fontes a par dos projetos, a única receita factível até agora para 2018 é aquela com a concessão de um trecho da ferrovia Norte-Sul, no valor de R\$ 1,6 bilhão. Todos os demais ativos, como aeroportos e blocos de petróleo e gás, ainda estão em fase de estudos, sem outorga mínima definida.

Outra medida que precisa de tempo para ser negociada com os parlamentares é o adiamento do reajuste do funcionalismo, de 2018 para 2019. Isso representará uma economia de R\$ 5,8 bilhões nas despesas, o que a equipe econômica considera importante não apenas para assegurar o cumprimento da meta fiscal do ano, de déficit primário de R\$ 159 bilhões, mas também o teto de gastos, pelo qual as despesas só podem crescer com base na inflação do ano anterior. No entanto, várias categorias já se posicionaram contra a medida e prometem fazer lobby no Legislativo para derrubá-la.

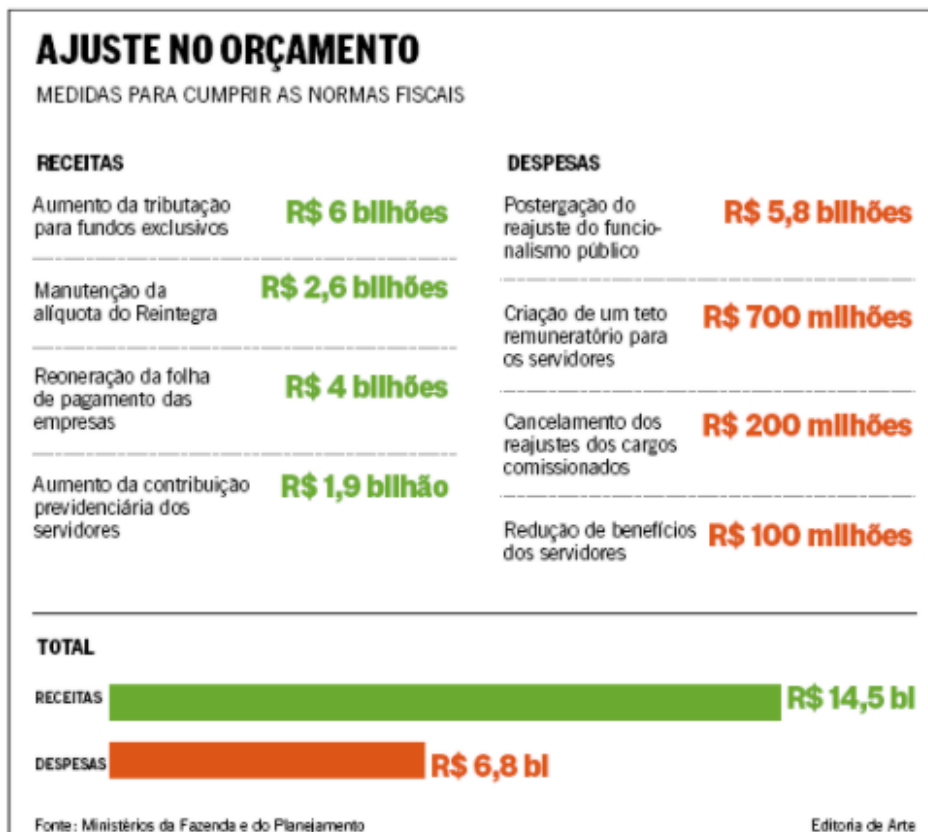
O pesquisador do Ibre/FGV e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires destaca que o pacote de ajuste fiscal para sustentar o Orçamento de 2018 soma R\$21,3 bilhões em medidas de aumento de receita (R\$





14,5 bilhões) e de redução de despesas (R\$ 6,8 bilhões). Depois dos repasses para estados e municípios, decorrentes da partilha do IR com esses entes, o montante passa para R\$ 18,360 bilhões. No entanto, ele lembra que as duas medidas de maior impacto — IR sobre fundos e adiamento do reajuste — estão demorando para sair do papel e enfrentam resistência. —As medidas mais importantes são também as mais problemáticas— diz Pires.

Ele destaca, ainda, que, caso o governo não consiga aprovar alguma das medidas de ajuste ou se elas entrarem em vigor depois do período projetado, haverá dificuldades para seguir as regras do novo regime fiscal. Como há um teto para gastos, por exemplo, uma das soluções será cortar ainda mais as despesas discricionárias, que já estão num limite muito baixo. Para este ano, a projeção é de R\$ 118,3 bilhões; para 2018, o Orçamento prevê que elas cheguem a R\$ 113,35 bilhões.



Ineficiência e desperdício

Seu peso excessivo sobre a economia já o tornou praticamente insustentável – pois a capacidade dos que são forçados a mantê-lo por meio do recolhimento de tributos chegou ao limite –, mas o aparato estatal brasileiro impõe ao País um custo adicional nem sempre adequadamente aferido: sua ineficiência resulta em desperdício de recursos, comprometimento de metas e resultados de seus programas e má qualidade dos serviços. É esse o resumo da mais recente avaliação do desempenho do setor público feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP).

As conclusões do documento – que passará a ser publicado anualmente para subsidiar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso – são suficientes para comprovar a necessidade urgente de reformular os sistemas de planejamento e de avaliação das ações do governo federal, para que os recursos colocados à sua disposição produzam os resultados esperados pela população. A crise fiscal decerto dificulta a ação do governo destinada a atender à demanda da sociedade por serviços públicos e do setor produtivo por infraestrutura e ambiente econômico adequado para os investimentos e para a expansão dos negócios. Mas, mesmo que, superada a grave crise financeira herdada da era lulopetista, o governo venha a dispor dos recursos necessários para ampliar suas ações, os resultados continuarão sendo fortemente prejudicados pelas falhas de planejamento e ineficiência operacional, caso o regime atual de acompanhamento das políticas públicas não seja reformulado.

O relatório mostra que o setor público é movido por objetivos de curto prazo. Aprovado na quarta-feira passada pelo plenário do TCU, o RePP conclui que a ausência de um plano de longo prazo torna frágil todo o sistema nacional de planejamento, prejudica a definição de prioridades e torna as ações do governo descontínuas e desarticuladas umas das outras. Sem um sistema ou uma estrutura de planejamento de longo prazo, o governo utiliza o Plano Plurianual (PPA)

como baliza para as prioridades nacionais. Mas, em vez de orientar a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), como deveria ser seu papel, o PPA é que vem tendo seus valores e programas corrigidos de acordo com as leis orçamentárias, como o próprio TCU constatou. Acrescente-se que as LOAs são elaboradas com base em parâmetros macroeconômicos que carecem de precisão, o que normalmente resulta em necessidade de revisão de receitas e despesas projetadas e afeta a execução das políticas públicas e a sustentabilidade fiscal.

Não há, no sistema de controle dos programas públicos, um conjunto de indicadores confiáveis que permitam aferir a execução, o alcance, a qualidade e a efetividade dos programas e das diretrizes fixadas. Não há, muito menos, articulação e coordenação das ações e políticas de diferentes órgãos e instâncias de governo voltadas para o mesmo objetivo.

Essa falta de articulação reduz a eficácia de políticas que a sociedade considera indispensáveis para enfrentar problemas graves, daí resultando "a precária segurança pública, os insatisfatórios níveis educacionais e as reduzidas competitividade e produtividade". A desarticulação das políticas públicas tende a tornar mais graves as situações que afetam o cotidiano dos brasileiros, comprometem o futuro dos jovens e paralisam a modernização do parque produtivo.

Do ponto de vista das condições de vida da população, não poderia ser outra a consequência da ineficiência de um poder público tão oneroso. Embora o Brasil tenha uma das mais altas cargas tributárias entre os países emergentes – na América Latina, perde apenas para Cuba –, o retorno de tanto imposto arrecadado é muito baixo. Quando se relaciona o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU, com a carga tributária, o Brasil tem o pior resultado entre todos os países da região. É uma indicação evidente de que os recursos públicos no Brasil precisam ser usados com mais competência.

MST invade prédio do Planejamento

Integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) invadiram ontem o prédio do Ministério do Planejamento, em Brasília, para protestar contra o corte de verbas da reforma agrária. Unidades regionais da pasta foram invadidas em Maceió e João Pessoa. Os militantes ocuparam ainda as sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 12 capitais e outras duas cidades. Em nota, o MST disse que o objetivo é pressionar o governo a marcar audiência para discutir o corte de verbas. O Incra informou que está aberto ao diálogo e recebeu lideranças do MST para discutir as reivindicações.

/ JOSÉ MARIA TOMAZELA

Entrevista / Fernando Soares

Estatais cortam 20 mil funcionários em 2017

» ANTONIO TEMÓTEO
» PAULO SILVA PINTO

O governo federal pretende reduzir em 20 mil o número de empregados das empresas estatais em 2017. Até agosto, 19 mil aderiram aos programas de desligamento voluntário oferecidos pelas empresas. O secretário de Coordenação e Governança das Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, explica que esse processo implicará aumento da produtividade das companhias controladas pelo Estado. "As estatais têm uma despesa grande com pessoal. Na medida em que reduzem o número de trabalhadores, há elevação da produtividade das mesmas, e isso se traduz em maior lucratividade", disse.

Soares ainda explicou que o resultado consolidado das estatais passou de um prejuízo de R\$ 32 bilhões, em 2015, para um lucro de R\$ 4,6 bilhões no ano passado. Segundo ele, nos seis primeiros meses de 2017, as principais estatais do país estão no azul em R\$ 17 bilhões. Além de concentrar esforços na melhora do desempenho das empresas, comandar um processo de desinvestimento em ativos e de privatização, a pasta trabalha em um conjunto de resoluções para melhorar a governança das estatais nos fundos de pensão que patrocinam. Conforme o secretário, as medidas visam fortalecer a atuação das empresas para coibir irregularidades. Confira abaixo os principais trechos da entrevista ao programa *CB.Poder*, uma parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília.

É possível estabelecer uma relação entre prejuízo de 32 bilhões acumulado pelas estatais em 2015, com aumento do número de empregados e o lucro de 4,6 bilhões em 2016, diante da queda da quantidade de empregados?

É uma relação que existe. As estatais têm uma despesa grande

Arthur Mesquita/Esp. CB/DIA Press



Para o secretário, redução do número de empregados eleva produtividade

com pessoal. Na medida em que reduzem o número de trabalhadores, há elevação da produtividade das mesmas, e isso se traduz em maior lucratividade

Então, a redução dos funcionários aumenta a produtividade?

Exatamente. A medida de produtividade divide o valor monetário pelo número de trabalhadores, ou seja, a quantidade realizada de trabalho, de geração de valor por trabalhador, é maior. Logo, isso se traduz em maior lucratividade da empresa, que pode devolver parte dos recursos para o próprio trabalhador na forma de participação nos lucros. Isso traz um ciclo positivo que a gente deseja, seja em empresa privada, seja em estatal. O aumento da produtividade vai gerar maiores lucros nessas empresas e vai dar um retorno ao trabalhador em forma de participação nos lucros.

A redução do número de empregados não deveria ter ocorrido antes?

É difícil falar do passado. Eu prefiro trabalhar para construir o futuro. Vamos trabalhar para aumentar a eficiência nas empresas, aumentar a produtividade, aumentar a lucratividade

e, porque não, que isso volte para o trabalhador, mas derivado não de uma vontade, mas do resultado econômico financeiro da empresa.

O número de empregados deve diminuir ainda mais em 2017?

Até junho, tínhamos 516 mil empregados nas estatais. Eu posso dizer que, em agosto, tenho dados parciais, as estatais possuem 511.935 empregados. Num entrevista no primeiro semestre, eu disse que reduziria em 20 mil o número de empregados ao longo deste ano. A redução já chega a 19 mil.

Qual o número de estatais existentes no país e quantas serão ao fim do processo de desinvestimento e de privatizações?

Quando eu assumi, tínhamos 154. No último boletim, referente ao primeiro semestre, já estávamos com 150. Hoje, posso dizer que são 149. Levando-se a cabo todos os processos, reduziremos em pelo menos um terço o número de empresas. Serão em torno de 100. No primeiro semestre de 2017, as principais empresas públicas já acumulam um lucro de R\$ 17 bilhões.